

Sexualidade, homossexualismo e convivência

Erhard S. Gerstenberger

1. Mudanças sociais

Não há dúvida nenhuma: estamos experimentando mudanças sociais profundas e inevitáveis em nosso mundo globalizante do fim do 2º milênio depois de Cristo. As previsões dos sábios e os presságios sombrios do povo indicam transtornos acelerados e mais dolorosos ainda no 3º milênio. São os desenvolvimentos científicos, econômicos e políticos que causam tais mudanças dentro da sociedade, a saber, a despovoação do campo e a superlotação das áreas metropolitanas, a desintegração das famílias e o exagerado individualismo (necessário para obter educação e emprego), a marginalização econômica de um número cada vez maior de pessoas, atingindo, em nível nacional, uma porcentagem incrível de 60-80% e, em nível mundial, de pelo menos 30-40% de todos os seres humanos. Dentro desse quadro de decomposição social generalizada e de busca por formas novas, alternativas, adequadas no caos universal, temos que refletir sobre a convivência íntima das pessoas, de nós mesmos e, mais importante ainda, de nossos filhos e filhas, netos e netas. Não basta, nesta conjuntura, simplesmente conjurar as formas de vida tradicionais. A reflexão necessária, por outro lado, implica também uma busca teológica de novas orientações de Deus e não deve deixar fora uma investigação histórica e bíblica em torno de formas de convivência familiar e em grupos íntimos. Cabe a nós cristãos e cristãs reconhecer, diante do Senhor do mundo, os padrões básicos de pensamento vigentes na sociedade em geral bem como aprender dos sucessos e falhas dos modelos arcaicos (cf. Darcy Ribeiro, *O processo civilizatório*, Petrópolis, 1979). Desses conhecimentos temos que tirar conclusões a partir da responsabilidade da fé dentro do nosso mundo moderno.

2. Papel da sexualidade na convivência humana

Os seres humanos invariavelmente possuem — além de capacidades racionais, econômicas, políticas, etc. — também essa qualidade sexual que garante a sobrevivência e foi o motor da proliferação da raça humana. Embora a sexualidade humana certamente não tenha um papel central em todos os tipos de organização social, ela com igual certeza nunca está totalmente ausente em qualquer associação de pessoas. E quanto mais íntima se torna a convivência dos seres humanos, tanto

maior também o peso da sexualidade nas mesmas. Na Antiguidade e até a alvorada da era industrial os grupos íntimos de convivência (famílias de agricultores e artesãos) cumpriram — numa reflexão racional — duas tarefas principais: providenciaram o sustento pelo trabalho em conjunto e a procriação através da coabitação de duas pessoas do sexo oposto. Todas as finalidades restantes (p. ex. educação, prazer, arte, religião) tinham que servir a esses alvos fundamentais. Isso significa que o amor mútuo, essa emoção pessoal, não era, no pensamento ético dos antepassados, um valor supremo, mas definitivamente secundário. Quanto à sexualidade, era preciso, em primeiro lugar, ser fértil e gerar filhos que garantissem a perpetuação da “linha paterna”.

Como os tempos mudaram a partir da industrialização moderna! A partir de então, cada membro da família tinha que procurar um emprego diferente, e raramente, nos meios urbanos, existe ainda trabalho para a família em conjunto. Conseqüentemente, romperam-se os laços íntimos de convivência e cooperação. Restavam, no máximo, minifamílias ou rudimentos familiares com uma pessoa adulta assumindo a responsabilidade financeira por algumas crianças e outros dependentes. Com a redução da necessidade de esperar, na velhice, ser sustentado pelos filhos, o amor romântico se tornou o ideal máximo e fundamento desejado do matrimônio. A própria sexualidade, muito mais do que na Antiguidade, se transformou em veículo ou instrumento de prazer, empurrando a necessidade de procriação para o segundo plano (cf. Raphael Patai, *Sex and Family in the Bible and the Middle East*, New York, 1959; tradução para o alemão: *Sitte und Sippe in Bibel und Orient*, Frankfurt, 1962).

3. Padrões bíblicos de convivência

A Bíblia do Antigo e do Novo Testamentos reflete bem a situação do desenvolvimento humano no antigo Oriente Médio. Observamos uma forte ênfase na convivência familiar, nas suas tarefas elementares de trabalhar em conjunto para a própria manutenção do grupo íntimo e de garantir a sua procriação. Gênesis 3.16-19 aponta os serviços principais dentro do grupo familiar para os dois sexos: dar à luz os filhos e trabalhar na roça. As crianças ainda pequenas cuidam, tanto quanto possível, dos rebanhos (1 Sm 16.11; 17.15) e juntam lenha (Jr 7.18). A procriação, por outro lado, é responsabilidade principal da mulher. Muitas narrativas giram em torno dessa tarefa, e a mentalidade das esposas era programada para que elas cumprissem tal incumbência. Raquel grita ao seu marido: “Dá-me filhos, se não vou morrer!” (Gn 30.1.) A mulher infértil se torna uma figura proverbial de tristeza e desespero (cf. Is 49.20-21; 62.4). A mãe de filhos homens é muito respeitada como o pilar principal da família patriarcal (cf. Sl 128.3) e recebe honras e elogios sem fim (cf. 1 Sm 2.5,21; Pv 31.28). Porque a sexualidade na época tinha um papel tão importante para garantir a sobrevivência da família,

muitos textos da Bíblia falam sobre esse aspecto tratando dos efeitos, problemas e bênçãos do dom sexual.

Mas, interessantemente e bem ao contrário do que alguns cristãos acreditaram ao longo da leitura bíblica feita nos séculos passados, a elevada valorização da sexualidade para fins de procriação não impedia o apreço pelo “amor natural”, isto é, pelo prazer paradisíaco no relacionamento entre os sexos. A prova mais famosa disso é a coleção de cânticos de amor no livro de Cantares do Antigo Testamento. Que beleza de poesia erótica encontramos nesse livrinho, que prazer de descrever os corpos, que paixão mutuamente confessada dos namorados! (A propósito: não adianta interpretar o amor desses poemas como mera alegoria sobre Deus ou Cristo e sua comunidade. Se fosse essa a intenção dos autores, as descrições dos corpos e do prazer sexual seriam testemunhos mais fortes ainda da grande valorização da vida erótica.) Como é possível, nesses cânticos, ignorar totalmente as questões de procriação!? A velha Sara, ouvindo o anúncio do mensageiro divino a respeito da sua gravidez, “riu-se (...) no seu íntimo dizendo: ‘Agora que estou usada, conhecerei o prazer!’” (Gn 18.12.) E a palavra “prazer”, em hebraico, significa realmente “desejo paradisíaco”. A Bíblia, portanto, não nega a volúpia sexual nem restringe o uso da sexualidade à procriação, mesmo que o apóstolo Paulo e outros cristãos primitivos advertiram contra abusos, aberrações e exageros da vida sexual (cf. 1 Co 7.1-9).

Outro aspecto muito importante é o seguinte: a Bíblia não quer restringir a convivência humana exclusivamente à família. Existem outros organismos sociais que exigem uma responsabilidade mútua bem semelhante àquela do núcleo familiar e de uma vida íntima em conjunto. Por outro lado, todos os modelos de convivência pessoal em grupos pequenos, incluindo o grupo procriador da família, registram alterações no decorrer do tempo. Quanto às células sociais fora do matrimônio: guerreiros de todos os tempos convivem nas campanhas militares e nos quartéis, normalmente sem mulheres (cf. Davi: 1 Sm 21.6; 22.2). O profeta Eliseu mora junto com um grupo de discípulos construindo uma casa e compartilhando refeições (2 Rs 4.38-41; 6.1-7). Outros grupos de profetas ou extáticos talvez fossem itinerantes (cf. 1 Sm 10.10), como a associação de discípulos de Jesus. Duas mulheres compartilham as suas vidas de viúvas no livro de Rute. A afinidade entre Naomi e Rute é tão grande, que os narradores a descrevem com palavras que nós hoje em dia utilizamos para o relacionamento matrimonial: “Para onde fores, irei também, onde for tua moradia, será também a minha; (...) Onde morreres, quero morrer e ser sepultada.” (Rt 1.16-17.) E a amizade simples de Davi e Jônatas (1 Sm 18-20) é colocada em xeque por um rei louco de ciúmes. Essa mesma amizade ganha, em retrospecto, uma nota altíssima pelo seu valor humano: “Jônatas, (...) tenho o coração apertado por tua causa, meu irmão Jônatas. Tu me eras imensamente querido, o teu amor me era mais caro do que o amor das mulheres.” (2 Sm 1.26.) A vida não se esgota em uma existência familiar, mas admitem-se relações sociais variáveis, de duração diferente, mas com qualidades

profundas de amor e responsabilidade mútuos. Já fica claro, pelos exemplos dados, que todos esses microorganismos sociais provêm de determinadas conjunturas históricas e culturais. E as formas do matrimônio encontradas na Bíblia não escapam a tal flexibilidade social. Assim como seria errado acreditar em uma única forma de convivência íntima entre as pessoas da Bíblia, também seria falsa a idéia de que o matrimônio sempre tivesse sido monogâmico. Os textos bíblicos demonstram claramente que a poliginia foi costume por muitos séculos da história de Israel até a época pós-exílica, quando — sob pressões econômicas e sociais — mais e mais se aderiu a um modelo monogâmico (cf. Mt 2.14). Apenas na época do Novo Testamento entre os cristãos a monogamia se tornou obrigatória (Mt 5.31-32; 19.3-9; 22.23-28; 1 Tm 3.2, etc.). (Cf. Roland de Vaux, *Les institutions de l'Ancien Testament*, 2 vols., Paris, 1958, 1960; tradução para o espanhol: *Instituciones del Antiguo Testamento*, Barcelona : Herder, 1976; Carol Meyers, *Discovering Eve*, Oxford, 1988.)

4. Sexualidade dentro da família

A grande importância da comunhão de sustento e de procriação bem como a força muito especial da sexualidade em si levaram a prevenções bem fortes em torno do comportamento sexual. Temia-se, obviamente, que atos errados pudessem irritar não tanto o supremo Deus, mas os poderes inerentes às esferas sexuais da mulher e do homem. Cada sexo, no entender dos nossos antepassados, possuía a sua própria potência e delimitação que não deveriam ser violadas ou misturadas, conceitos bem conhecidos em muitas culturas e religiões. Transgressões da ordem estabelecida seriam fatais não só para os indivíduos envolvidos, mas também para o seu grupo familiar. A grande dádiva da sexualidade podia se transformar em uma potência destruidora. A bênção poderia tornar-se maldição. Em Gn 12.17 Javé “feriu o faraó com grandes pragas”, porque este (sem conhecer o fato) tinha tomado uma mulher casada no seu harém, embora fosse um ato inocente da parte dele. O culpado, na verdade, era o próprio Abraão, que tinha mentido ao faraó. Mas o patriarca, neste caso, tirou bastante proveito do crime, enquanto o faraó traído, que violara inconscientemente a esfera sagrada do matrimônio, sofreu todo o castigo divino. Quer dizer, a transgressão objetiva é que valia na época, não a culpa pessoal ou jurídica. Tendo isso em vista entendemos melhor o alto grau de segurança envolvendo a esfera sexual dentro do grupo íntimo. Costumes familiares, controles sociais e a legislação regional e estatal providenciavam orientações rígidas para assegurar a paz sexual na família e entre os grupos de parentesco e de convivência. Para dar apenas uns poucos exemplos:

Conforme Karl Elliger (*Leviticus*, Tübingen, 1966 [HAT, 4]), Lv 18.6-18 contém uma lista de proibições dirigida aos homens de uma grande família convivendo sob o mesmo teto. Essas interdições na formulação estereotipada

“Não descobrirás a nudez de ...” não se destinam a regulamentar a escolha de uma noiva, mas querem banir qualquer promiscuidade entre as pessoas que convivem em uma família maior, de 10 até 20 indivíduos. Certamente há medo intenso das brigas que haveriam de resultar de infrações da ordem vigente (cf. Pv 6.34: “Pois o ciúme excita a raiva do marido, e no dia da vingança não terá piedade”). Mas não só isso. As pequenas comunidades também querem guardar a paz divina em torno da comunhão sexual. De certo, as forças superiores, inclusive os guardiães da fertilidade geral, iriam reagir também com raiva e vingança caso acontecessem atos indecentes e ofensivos. A ofensa cometida em todos esses casos é caracterizada como “abominação”, “ignomínia”, “torpeza” (Lv 20.13,17,21). Tais designações indicam não crimes comuns, contra a lei civil, mas sim pecados contra os poderes divinos.

Outro exemplo de empenhos especiais em prol da proteção da esfera sexual doméstica são costumes e leis delimitando e protegendo a virgindade das filhas. Aparentemente, uma moça deflorada antes do dia do casamento era considerada prostituta. A sua reputação na sociedade patriarcal de então era péssima (também a do pai), e conseqüentemente o seu valor no mercado dos noivos baixíssimo. Por isso os pais cuidavam com rigidez da moral da filha, e também guardavam fielmente (como se faz hoje em algumas regiões de países árabes) o lençol usado pelos recém-casados na primeira noite do seu matrimônio com as devidas manchas de sangue, as chamadas “provas da virgindade” (Dt 22.13-17). Assim, os donos da sexualidade feminina e da honra familiar controlavam firmemente e com muita ênfase as esferas domésticas em primeiro lugar da sexualidade feminina, para protegerem a fama e o destino desse grupo íntimo (como eles as entendiam e interpretavam). Judá condena a nora Tamar, por suposto adultério, a morrer queimada (Gn 38.24). A outra Tamar vitimada pelo meio-irmão considera a expulsão uma desgraça maior do que a própria violação por Amnom (2 Sm 13.15-16). O estupro de mulheres cativas nas guerras era (e ainda é) um costume bem comum. Servia também para humilhar os inimigos derrotados e demonstrar a submissão e escravidão deles.

Isso tudo significa que os nossos antepassados bíblicos viviam em um mundo determinado e dirigido pelos poderes da sexualidade como nós não mais podemos imaginar. A força superior das duas manifestações sexuais, a masculina e a feminina, em toda a criação (e para muita gente inclusive em todos os elementos naturais, onde moravam os poderes sobre-humanos) dominava os destinos dos indivíduos e das sociedades. Assim, em última análise a vida toda da terra dependia da sua fertilização pelas chuvas. Reza o Sl 65,10-11: “Preparas a terra assim: regando-lhe os sulcos, aplanando seus torrões, amolecendo-a com chuviscos, abençoando-lhe os brotos.” Na disputa feroz de Os 1-3 sobre a questão do culto certo, o de Baal ou o de Javé, usa-se com insistência uma linguagem sexual. Javé, na verdade, é aquele que providencia “o trigo, o mosto e o óleo” (Os 2.10), assumindo assim o papel do próprio deus por excelência

“fertilizante”, a saber, Baal (cf. vv. 7-9). Da mesma forma, na primeira narrativa da criação, é a mãe terra que, em correspondência com o ato criador de Javé, mas através de um esforço bem especial, “dá à luz” plantas e animais (Gn 1.12,24). A linguagem dos narradores nesses textos não é extremamente sexual, é verdade. Mas, sabendo da hesitação geral no Oriente Antigo de utilizar uma linguagem abertamente sexual (para não irritar as forças superiores ligadas a essas esferas) e conhecendo o envolvimento profundo de todas as pessoas nessa mesma vivência bipartida de poderes sobre-humanos masculinos e femininos, é difícil imaginar como os transmissores e ouvintes dessas narrativas e constatações não tivessem pensado em termos de sexualidade. De modo geral, a sexualidade era quase uma força divina neste mundo. Javé mesmo era um Deus descrito com palavras francamente eróticas, quando ele se aproxima de Israel, seu povo amado, e da terra escolhida, pintados como mulher: “Antes, serás chamada ‘Meu prazer’, e à tua terra, ‘Desposada’. Com efeito, Javé terá prazer em ti e desposará a tua terra.” (Is 62.4; cf. também Ez 16; 23.) Portanto, podemos afirmar que para os antigos israelitas e judeus a sexualidade, nas suas formas masculina e feminina, realmente era um poder extremamente importante e sustentador da vida. Era pelo menos subentendido, no Antigo Testamento, que Javé mesmo estava ligado com a ordem sexual deste mundo. (Cf. Clemens Locher, *Die Ehre einer Frau in Israel*, Fribourg e Göttingen, 1984 [OBO, 70]; Erhard S. Gerstenberger, *Jahweh — ein patriarchaler Gott?*, Stuttgart, 1988 [tradução para o inglês: *Yahweh the Patriarch*, Minneapolis, 1996]; Elke Seifert, *Die Verfügungsgewalt der Väter über ihre Töchter im Alten Testament*, Neukirchen-Vluyn, 1996).

5. Sexualidade e pureza cultural

A sexualidade assume importância especial para os nossos antepassados na medida em que se trata de sua relação com a esfera cultural ou sagrada. Desde tempos imemoriais, antecedendo em muito a história israelita e a do Oriente Antigo — isto quer dizer: tais posturas provêm da idade da pedra, quando ainda não havia tradições escritas —, se desenvolveram, entre os seres humanos, precauções bem particulares em torno do comportamento sexual adequado a respeito da área sagrada e do culto às divindades. Não era possível se aproximar de lugares santos, p. ex. templos, altares e estelas, por assim dizer “com mãos sujas” ou pés calçados. “Tira as sandálias dos pés porque o lugar em que estás é uma terra santa.” (Êx 3.5.) Moisés ouviu esta ordem no monte Sinai, e tal regra básica determina em várias tradições religiosas até hoje o relacionamento dos fiéis com o seu lugar de adoração. Dentro do conceito de pureza física e moral, permitindo a aproximação à divindade, aquela idéia de estar “limpo” sexualmente no encontro com Deus ocupa um lugar bem central. Davi, fugindo do rei Saul, chegou certa vez a um templo pedindo alimentação para si e os seus companheiros (1 Sm

21.2-7). Os sacerdotes de Nobe infelizmente não tinham “à mão pão comum, mas só pão consagrado” (v. 5). Desse pão consagrado só podiam usufruir pessoas que não tivessem tido relações sexuais pelo menos alguns dias antes da refeição (vv. 5-6)! Por que tal medo de admitir contatos entre as atividades, órgãos, parafernália, palavras, imagens de cunho sexual e a esfera divina? Os sacerdotes que ascendiam ao altar para queimar sacrifícios tinham que vestir cuecas especiais para não expor as genitálias à pedra sagrada (cf. Êx 20.26; 28.42; Ez 44.18). Do Oriente Antigo conhecemos numerosos textos hititas, babilônicos, assírios, egípcios que dizem respeito a esse medo fundamental de ofender divindades por vários comportamentos ou apresentações da área sexual.

Parece que o medo nesse setor de atividades culturais tem se desenvolvido por milênios a partir de experiências feitas com o poder enorme e abrangente da sexualidade e fertilidade e uma estimativa igual da força criadora própria das divindades. Mexer do lado humano com a potência criativa de deus aparentemente não era possível. Isso era considerado um sacrilégio, uma interferência suicida. Por causa da antecedência milenar dessa atitude não se refletia mais sobre o assunto. Todo o mundo naturalmente considerava incompatíveis as forças procriadoras humanas e divinas. A antropóloga Mary Douglas há muitos anos observou tendências semelhantes em quase todas as culturas humanas (*Purity and Danger*, Cambridge, 1966; tradução para o português: *Pureza e perigo*, São Paulo : Perspectiva, 1976). O medo de ofender divindades por atividades ou exposições sexuais é uma constante na história das religiões. Os índios Hopi do Arizona, p. ex., se abstêm de namorar nas plantações de milho, para não irritar a dona divina da roça. O tempo de abstinência sexual antes da atuação cültica para os homens que servem no altar divino dura, em determinadas religiões, de três dias até a vida inteira. Também o celibato na Igreja Católica Romana tem como fundamento (apesar de todas as afirmações em contrário) aquele medo arcaico de misturar a sexualidade humana com a esfera criativa e poderosa de Deus.

A alimentação da família do sacerdote criou problemas para os líderes da comunidade israelita. O “servidor do altar” recebia como salário partes dos sacrifícios sagrados. Como compartilhar essa carne com mulher, filhos e filhas e outros membros da casa sacerdotal, que de certo nem sempre estavam em estado “de pureza” para cumprirem as regras de santidade? Os sacerdotes, dizem alguns transmissores, têm que comer a carne sagrada dentro do recinto santo (cf. Lv 8.31-36). Outros guardiães da tradição achavam que familiares e dependentes do sacerdote morando com ele sob o mesmo teto podiam compartilhar da refeição sagrada (cf. Lv 22.10-13). Valia, porém, sobretudo, uma enorme cautela em relação à comida sagrada. “Todo homem de vossa descendência, em qualquer geração, que se aproximar em estado de impureza das santas oferendas consagradas a Javé pelos filhos de Israel, tal homem será eliminado da minha presença. Eu sou Javé.” (Lv 22.3.) Era extremamente arriscado tocar ou engolir coisa sagrada, mesmo considerando a regra expiatória que se segue no livro de Levítico: “Se um

homem comer, por inadvertência, alguma coisa santa, restitui-la-á ao sacerdote com o acréscimo de um quinto.” (Lv 22.14.)

Com os últimos trechos bíblicos citados já entramos no meio de uma tradição chamada “sacerdotal” do Antigo Testamento proveniente de uma época posterior, quer dizer, da época exílico-pós-exílica de Israel. Nessa fase da história formaram-se as comunidades judaicas principalmente no Império Persa, dentro da pátria dominada pelos estrangeiros, bem como na Babilônia e no Egito. Uma linha mestra da organização daqueles que adoravam Javé, o Deus de Israel, certamente era em torno da Tora sagrada, quer dizer, focalizando a transmissão das palavras de Moisés em forma de pregação, meditação e preces ou em cultos sinagogais de paróquias independentes. Outra corrente de pensamento e organização, no entanto, parcialmente integrada na Tora, é aquela que se formava ao redor do templo e das suas instalações sagradas. Aí o sacrifício e o lugar santo — exclusivamente a cidade de Jerusalém e o templo reconstruído entre 520 e 515 a.C. (cf. Ag; Ed 5-6) — ocupavam o centro da teologia e da vida espiritual. Isolando um pouco essa última linha da prática eclesial, contida principalmente nos escritos “sacerdotais” (cf. Lv; Nm; Ez), podemos constatar que o tema da sexualidade recebe uma atenção destacada dentro da temática geral de “pureza-impureza”.

O bloco literário de Lv 11-15 é o maior de todo o Antigo Testamento que tematiza os problemas de prevenções contra atos ou comportamentos “poluentes” ou causadores de impureza face à esfera cultural e divina. (Cf. detalhes em Erhard S. Gerstenberger, *Das Dritte Buch Mose : Leviticus*, Göttingen, 1993, p. 117-193 [ATD, 6]. Tradução para o inglês: *Leviticus*, Louisville, 1996, p. 128-210 [Westminster Old Testament Library].) Outros trechos significativos são Lv 18; 20; 21; Nm 19; Ez 18; 44. A preocupação nesses textos é, de modo paradigmático, com quaisquer fenômenos e atos humanos que poderiam perturbar a esfera divina e sagrada, como a alimentação, doenças específicas, ocorrências naturais que têm valor ominoso e — o que nos interessa particularmente — a sexualidade.

No que diz respeito à vida sexual vemos um grande interesse nos fluxos corporais que saem dos órgãos genitais (Lv 12; 15). Seja a ejaculação masculina ou a menstruação feminina, sejam várias doenças venéreas que produzem algum fluido saindo do corpo ou a defluxão do pós-parto, tudo fica altamente perigoso para a área sagrada, o pessoal ligado ao culto, a comunidade de fé e para os próprios portadores dessas “enfermidades”. Todos esses fluidos corporais ligados à sexualidade (outras culturas às vezes acrescentam os fluxos salivares, as lágrimas ou o pus de um furúnculo qualquer) constituem ameaças à esfera divina e por isso podem provocar castigos de Deus. Assim, tornam-se grandes perigos para a comunidade de fé onde tenham ocorrido tais fenômenos.

Podemos, então, concluir: na medida em que uma comunidade acreditava nessas possibilidades de irritar as divindades por comida ou bebida não-autorizada, contatos com coisas ou seres causadores de impureza, atos ou estados corporais indesejáveis, as prevenções e regras de cautela eram vitalmente importantes. Cada

membro do grupo tinha que aderir às normas estabelecidas há tempo. A questão aberta, naturalmente, é que segmento da comunidade judaica do exílio e da época pós-exílica realmente tinha internalizado tais normas em torno da impureza cúltica por contágio. A atitude rígida aparece no meio das leis cultuais: “Se alguém tocar uma impureza qualquer, de homem, de animal, ou qualquer coisa imunda, e comer em seguida a carne de um sacrifício de comunhão oferecido a Javé, será exterminado do meio do seu povo.” (Lv 7.21; cf. Lv 22.3-9.) No entanto, não podemos dizer com certeza qual era o grau de aceitação dessas ordenações cultuais em Israel. Por um lado, os escritos do Antigo Testamento às vezes deixam transparecer vozes de oposição a uma ou outra regra cultural. Para dar um exemplo: a presença de estrangeiros no culto como possíveis portadores de impurezas foi objeto de um debate acirrado na comunidade (cf. Êx 12.43-49; Lv 22.10; Dt 23.2-9; Is 56.4-7; Ed 10; Rt, etc.). Outro exemplo seria a famosa controvérsia sobre a validade fundamental do sacrifício (cf. Sl 40; 50, etc.). Por outro lado, as camadas de tradição fora dos textos limitados de cunho sacerdotal não revelam quase nada da existência de prevenções cultuais para a vida diária das pessoas. Quase não se encontram narrativas sobre ou até meras referências a mulheres menstruadas (cf. Gn 31.35). Não lemos quase nada sobre coabitações, ejaculações, fluxos, restrições no tempo de pós-parto e suas conseqüências cultuais (cf. 1 Sm 21.5-6). É bem possível que na antiguidade israelita (bem como na nossa própria época) tenha havido uma liderança que fazia e controlava as regras cultuais com todos os seus mecanismos e implicações. Fora disso, talvez houvesse membros de comunidade que seguiam os caminhos certos um pouco mais lentamente ou apenas esporadicamente. De modo geral, porém, sugerimos que os nossos antepassados espirituais experimentavam, nas suas vidas, a presença do sagrado principalmente nos santuários locais e nacionais, mas também em pessoas ou instituições especiais. Ao mesmo tempo eles estavam conscientes de que as áreas sagradas tinham que ser guardadas de influências desastrosas, entre outras daquelas de cunho sexual. O conceito fundamental obviamente era o de preservar intacta a esfera sagrada, ou seja, evitar complicações e danos sérios do mundo sagrado e através disso também proteger a vida inteira (cf. Jacob Neusner, *The Idea of Purity in Ancient Judaism*, Leiden, 1973).

6. Homossexualismo

6.1. Homossexualismo no Oriente Antigo

Temos certeza de que houve pessoas, nas civilizações do antigo Oriente Médio, que praticavam formas de “homofilia”, quer dizer de amor entre representantes do mesmo sexo. A Bíblia é uma testemunha disso: as condenações da “inversão sexual” só têm sentido se na realidade houve essas práticas. Muitos textos dos povos vizinhos de Israel também se referem ao amor entre homens,

raramente entre mulheres. Fazem isto com várias intenções, ou para advertir contra conseqüências más no sentido de irritação das divindades, ou para elogiar os prazeres especiais de um relacionamento entre iguais.

Olhando a Bíblia descobrimos duas características interessantes. Primeira: o Antigo Testamento fala exclusivamente sobre o amor entre homens, como se não existisse comportamento igual entre mulheres. Apenas mais tarde, no Novo Testamento, encontramos referência a mulheres lésbicas (Rm 1.26: “(...) suas mulheres mudaram as relações naturais por relações contra a natureza.”). Como explicar a omissão da homofilia feminina? Ela existia, com toda a certeza. Não há cultura onde não houvesse tais fenômenos em determinadas situações sociais e biográficas, entre minorias ou majorias da população. Por isso o silêncio total do Antigo Testamento sobre práticas lésbicas (como contraste, cf. a referência à sodomia cometida por mulheres em Lv 18.23; 20.16) só pode ser causado por desinteresse ou ignorância dos homens guardiães da tradição. Provavelmente eles não se importavam, porque consideravam o comportamento feminino a esse respeito não-significativo em termos culturais. Os homens é que eram os responsáveis pelo culto a Javé. Eram exclusivamente eles que se aproximavam do altar para oferecer sacrifícios a Deus. As mulheres não tinham acesso aos lugares sagrados. Então, o comportamento sexual delas entre si nunca iria atingir a esfera sagrada. Isto quer dizer, outra vez, que a perspectiva a partir da qual se julgavam a sexualidade bem como o homossexualismo era um ponto de vista cültico e não ético. Práticas sexuais originalmente entraram em cogitação apenas por causa de sua dinâmica em relação ao lugar sagrado e ao culto. Eram consideradas forças perturbadoras da esfera divina como ela era entendida na época. A sodomia feminina mencionada acima, portanto, parece ter recebido a atenção dos teólogos porque aparentemente possuía algum significado cultural desconhecido por nós.

Em segundo lugar, o Antigo Testamento restringe as suas afirmações sobre o homossexualismo dos homens a pouquíssimos trechos da lei da pureza, principalmente a Lv 18.22 e 20.13. Outros textos considerados testemunhos do assunto na verdade falam de diferentes atos, não do relacionamento homossexual entre parceiros. Assim, Gn 19 e Jz 19 retratam ladrões do cenário criminoso urbano que exigem a entrega de visitantes para abusar deles sexualmente (Gn 19.5; Jz 19.22). O abuso é uma forma de humilhação e exploração, também conhecido a partir de algumas leis da Mesopotâmia, onde a medida servia para punir estupradores. As duas narrativas do Antigo Testamento querem comprovar a brutalidade e o caráter abominável desses “vagabundos da cidade” frente aos hóspedes; não tematizam os atos homossexuais em si e não se referem à esfera cultural. Outros tantos trechos bíblicos (cf. p. ex. Gn 9.22,24; Dt 23.18-19; 2 Rs 23.7, etc.) visam igualmente assuntos relacionados, não se preocupando com o relacionamento sexual entre duas pessoas. Chama a atenção o fato de que algumas listas de proibições gerais que têm certa afinidade com Lv 18 e 20 nem mencionam o homossexualismo. Assim, Dt 27.20-23 condena atos sexuais: “Maldito seja aquele que se deita com

a mulher de seu pai (...) Maldito seja aquele que se deita com um animal (...) Maldito seja aquele que se deita com sua irmã (...) Maldito seja aquele que se deita com sua sogra (...).” Simplesmente faltam atos homossexuais. Da mesma forma, Ez 18 menciona como crimes culturais várias “abominações” também de cunho sexual, inclusive o coito com mulher menstruada (v. 6), mas omite o relacionamento homossexual. E as leis civis referentes a violações e adultério não tocam no assunto (cf. Êx 22.15-16; Dt 22.22-29). A literatura sapiencial também evita ou ignora o tema do homossexualismo. Podemos concluir dessa evidência maciça que o assunto não ocupava um lugar central nem na discussão da ordem cultural, nem da ética comunitária, nem na convivência diária. Aparentemente, o assunto surgiu como foco teológico de grande importância e com caráter de *status confessionis* apenas a partir de certas considerações cristãs no decorrer das últimas décadas.

Vale a pena refletir novamente, a esta altura, sobre duas belíssimas narrativas do Antigo Testamento que tratam de amizades especiais entre duas mulheres e, por outro lado, dois homens. Naomi e Rute, no livro deste nome, são viúvas sem filhos, quase perdidas. Rute, além disso, é estrangeira. Elas firmam um pacto inédito através da promessa da nora Rute: “Para onde fores, irei também, onde for tua moradia, será também a minha (...) Que Javé me mande este castigo (...) se outra coisa, a não ser a morte, me separar de ti!” (Rt 1.16-17.) Nós, hoje em dia, utilizamos freqüentemente tal juramento de companheirismo indissolúvel como paradigma de casamento, incluindo as palavras de Rute no ofício da bênção matrimonial. Os narradores do Antigo Testamento caracterizaram o relacionamento entre essas mulheres como modelo de amizade, não temendo qualquer interpretação sexual. Eles talvez até tenham usado conscientemente o vocabulário de uma convivência bem íntima, insinuando laços pessoais e eróticos das duas pessoas.

A outra história de amigos bem chegados é a narrativa sobre Davi e Jônatas, já mencionada. Os dois jovens se unem como amigos íntimos. “Jônatas fez um pacto com Davi, porque o amava como a si mesmo.” (1 Sm 18.3.) Toda a narrativa de 1 Sm 18-20 é permeada por uma linguagem de amor, ao falar dos dois homens. Na canção fúnebre de Davi para o seu amigo morto, finalmente, o vocabulário erótico atinge o seu auge: “(...) a tua amizade [no hebraico: “o teu amor”] me era mais cara do que o amor das mulheres.” (2 Sm 1.26.) Não quero insistir que o narrador esteja retratando um casal de homossexuais. Mas é muito importante observar que ele não cuida para evitar uma interpretação nesta linha. Ao contrário, parece não ter medo ou má consciência por apontar para a dimensão erótica dessa amizade, sem tematizar o assunto do homossexualismo. Isto significa que essa tradição toda de amigas e amigos muito ligados afetivamente não está na linha daqueles teólogos sacerdotais que se preocupam com a segurança do sagrado no meio da sociedade.

6.2. As condenações do homossexualismo

A proscricção dura e absoluta do homossexualismo masculino (mulheres lésbicas são ignoradas) ocorre em Lv 18.22 e 20.13, textos-chave para toda a discussão do assunto na tradição judaico-cristã até hoje. O primeiro trecho contém uma proibição simples (“Tu [masc.] não podes deitar com um macho numa coabitação de mulher; é uma abominação”), o segundo acrescenta um veredito sacral: “Se alguém [masc.] deita com um macho numa coabitação de mulher, os dois cometeram uma abominação. Eles devem morrer, o seu sangue cairá sobre eles.” São estes os versículos decisivos para as atitudes representadas no Antigo Testamento frente ao homossexualismo masculino em relação à esfera cultural. A estes testemunhos antigos temos que acrescentar a palavra de Paulo na Carta aos Romanos, já mencionada:

Por isso [quer dizer: por terem “trocado a glória do Deus incorruptível por imagens do homem corruptível”, Rm 1.23] Deus os [sc. os seres humanos] entregou (...) à impureza em que eles mesmos desonraram seus corpos. Eles trocaram a verdade de Deus pela mentira e adoraram e serviram à criatura em lugar do Criador (...). Por isso Deus os entregou a paixões aviltantes: suas mulheres mudaram as relações naturais por relações contra a natureza; igualmente os homens, deixando a relação natural com a mulher, arderam em desejo uns para com os outros, praticando torpezas, homens com homens, e recebendo em si mesmos a paga da sua aberração. (Rm 1.24-27.)

Esta última passagem evidentemente provém de uma cultura diferente, meio milênio mais tarde do que as afirmações sacerdotais do Antigo Testamento. Por isso, ela reflete atitudes características daquela época e civilização, isto é, das culturas helenística e romana.

Temos que estudar essas condenações em seus contextos específicos. As proscricções do livro de Levítico revelam a forte preocupação com o sagrado, da mesma maneira que já encontramos nas outras leis de pureza. A condenação de atos homossexuais não ocorre como postulado único. Ao contrário, o contexto imediato (Lv 18.19-23) se compõe de cinco proibições semelhantes. Todas elas em conjunto querem prevenir contra uma impureza do culto a Javé condenando a coabitação com mulher menstruada (v. 19), coabitação com a esposa do vizinho (v. 20), coabitação homossexual (v. 22), coabitação com um animal (v. 23). No meio dessas “abominações” sexuais se encontra a proibição de consagrar um filho para (o deus?) Moloque (v. 21). Não é lícito isolar uma única proscricção desse conjunto. Temos que olhar a lista completa para entendermos o seu significado. Para nós, a composição dos cinco mandamentos contra a contaminação da esfera divina não é homogênea. O adultério com uma vizinha (v. 20) parece um crime relativo ao código penal (cf. Dt 22.22), mas aqui é visto apenas por sua qualidade de causar impureza. O sacrifício do filho primogênito (cf. Êx 22.28-29; Gn 22; Êx 13.11-16) havia sido certa vez uma obrigação séria dos crentes, depois foi superado

e proibido, possivelmente já antes da época israelita. O contato com mulher menstruada (v. 19) é uma questão puramente cultural.

Assim, normas de origens bem diferentes são juntadas para fins especiais, a saber, para proteger o santuário e a santa comunidade de Israel (cf. as admoestações freqüentes de serem “santos” no contexto maior: Lv 11.44; 19.2; 20.7-8.26; 21.8) de qualquer impureza perigosa. Todo este trecho de Lv 18.19-23 vibra com a idéia de circunscrever, delimitar, preservar a esfera sagrada, através da separação nítida das áreas de pureza e impureza. Seria um desastre permitir a sua mistura. Não se trata de uma legislação comum, do lado profano, para ordenar as relações sociais do dia-a-dia; não estamos lidando com a ética de pessoas convivendo no trabalho e no lazer, mas sim com um catecismo sagrado especificamente dedicado à manutenção da área cúltrica, tentando protegê-la para evitar a ira e punição de Deus. As expressões julgadoras usadas no contexto indicam claramente esse objetivo. Fala-se muito de “abominação”, “contaminação”, “monstruosidade”, etc. (cf. Lv 18.17,22,23; 20.12,13,14; etc.). Assim se articula o desprezo mais profundo da alta teologia por aberrações culturais, não de legisladores sombrios. Em Lv 18.6-18, no mais, temos uma lista de tabus sexuais, provinda da esfera familiar, mas no contexto final desse capítulo ela também serve para proteger o sagrado.

O outro capítulo importante, Lv 20, fica mais explícito ainda. Tudo gira em torno da santidade e da preservação dessa qualidade essencial para a comunidade de fé. A moldura externa do capítulo (Lv 20.1-8,22-26) tem a forma de uma prédica que denuncia certas formas de apostasia e ameaça aqueles que se tornarem culpados de tais transgressões. Aí encontramos a advertência contra o sacrifício a Moloque (v. 2; cf. Lv 18.21), bem como incisivas admoestações contra os povos vizinhos considerados depravados (vv. 22-26). Na parte central (vv. 9-21) não se usa mais o estilo proibitivo de Lv 18, mas sim uma articulação pressupondo certas transgressões já feitas, com um veredito sobre o malfeitor. Basicamente temos aqui a seqüência de ato e punição dos códigos penais, mas em uma linguagem teológica e sacra, em vez do jargão jurídico. É óbvio que os autores de Lv 20 usaram livremente o conteúdo de Lv 18, porque quase todas as regras mencionadas neste capítulo também aparecem naquele, só que em ordem e composição diferentes. Oito vezes, no primeiro e principal trecho, onde se encontra também a condenação do homossexualismo (Lv 20.9-16), exigem a pena de morte, constatando que o transgressor “certamente deve morrer” (em hebraico: *mot yumat*), a saber, aquele que “amaldiçoa pai ou mãe” (v. 9), “comete adultério com a esposa do próximo” (v. 10), “se deita com a mulher de seu pai” (v. 11), “se deita com a sua nora” (v. 12), “se deita com outro homem” (v. 13), “toma por esposa uma mulher e sua mãe” (v. 14), “se deita com um animal” (v. 15), e aquela mulher que “se aproxima de um animal qualquer, para se unir a ele” (v. 16; um dos raros casos em que a mulher é o sujeito ativo de uma ofensa no contexto das orientações sagradas).

Curiosamente, depois disso a expressão condenatória *mot yumat* não aparece mais no trecho seguinte (Lv 20.17-21), embora ele trate de “abominações” bem

semelhantes àquelas dos vv. 9-16. Na parte subsequente ainda se exige o “exterminio” de transgressores (v. 17) ou sua “eliminação” (v. 18), mas predominam agora as expressões de profundo desprezo e de ameaças sacrais (“levarão o peso de sua falta”, “morrerão sem filhos”, vv. 17,19,20,21). Comparando as listas distintas de atos sexuais perigosos para a área sagrada de Deus constatamos que houve tradições diferentes em Israel, bem como avaliações nitidamente diversas quanto à gravidade de certos comportamentos sexuais. Nem sempre se exigiu a pena de morte para transgressores, a ser executada por Deus mesmo. Outra maneira de “vingar” uma ofensa sexual contra a santidade era deixar Deus infligir a infertilidade a uma pessoa com conduta aberrante (cf. 2 Sm 6.20-23). Considerando o capítulo todo, notamos que também as ameaças de morte dos vv. 9-16 não são vereditos jurídicos, mas sim um tipo de maldições a serem executadas exclusivamente por Deus mesmo.

Focalizando agora as ameaças de morte em Lv 20.9-16, percebemos que só o primeiro veredito sobre a maldição dos pais não tem conotações sexuais. Os outros sete mandamentos dizem respeito exclusivamente à esfera sexual, incluindo casos de adultério, incesto, sodomia e atos homossexuais masculinos não-especificados (v. 13). Qual o raciocínio dessas proscricções? Sentimos neste texto o zelo dos autores de Levítico de excluir qualquer forma “errada” de sexualidade humana da área divina e santa. Podem-se compará-los com Êx 21.12-17; Dt 27.20-23 (cf. a unidade dos vv. 15-26) e Ez 18.5-9, que são outras tentativas de lidar com desvios sexuais afastando-os da esfera sagrada. Interessantemente, o homossexualismo consta só nos dois capítulos do livro de Levítico indicados. E, quando se toca neste problema, é apenas em conjunto com outros casos que exercem uma má influência sobre a santidade de Deus.

Podemos dizer que nunca, em toda a Bíblia, o homossexualismo foi considerado um enigma em si mesmo, isoladamente, mas sim como um caso entre outros da esfera sexual que poderia comprometer a santidade de Deus e de sua comunidade. Se isso for um resultado pacífico da nossa pesquisa, seria muito difícil ignorar os contextos específicos das condenações do homossexualismo dando significado igual a todas as ameaças contidas em Lv 20.9-21. Quem de nós iria julgar o contato com o sangue de uma mulher menstruada como uma aberração tão grave ou uma configuração tão explosiva e perigosa que os envolvidos mereceriam a pena de morte executada por Deus (cf. Lv 18.19; 20.18)? Num sentido mais amplo teríamos ainda que considerar o contexto maior de todas as leis de pureza do livro de Levítico. Também os fluxos corporais, a ocorrência de certos fungos nas paredes da casa, determinados tipos de doença de pele e — importantíssimo para a vida diária — as comidas lícitas e ilícitas, bem como o contato com cadáveres e animais impuros (cf. Lv 11-15), constituem uma infração contra a santidade de Deus e da comunidade. Por isso, tais aproximações têm que ser evitadas, e, se tiverem ocorrido, precisam de remédios como abluções e sacrifícios. É claro que quase todas aquelas coisas eram consideradas menos

perigosas do que quaisquer atos sexuais tidos como “normais”. Impurezas contraídas mais ou menos por acaso pesavam menos do que atos sexuais envolvendo um bom grau de responsabilidade humana bem como uma força muito mais destruidora.

Examinando brevemente a postura do apóstolo Paulo e a sua descrição da “inversão” dos hábitos sexuais em Rm 1, fica bem óbvio que ele se baseia não só nas tradições judaicas a respeito do homossexualismo, mas também em certas rejeições dessa orientação “errada”, “anormal, não-natural” por parte do helenismo popular ou filosófico. A raiz mais profunda do desdém de Paulo parece ser um desprezo geral da sexualidade, que, ao seu ver, desviava a atenção e energia dos fiéis para assuntos materiais, carnis. Isso não deveria acontecer, pois o fim do mundo estava chegando rapidamente. Casar-se é uma medida contra a concupiscência, uma segunda opção em comparação com a primeira de ficar solteiro diante chegada iminente do Senhor Jesus Cristo (cf. 1 Co 7). “Quem não tem esposa, cuida das coisas do Senhor (...) Quem tem esposa, cuida das coisas do mundo e do modo de agradar à esposa e fica dividido.” (1 Co 7.32-34). Portanto, a vida sexual distrai da fé e da vivência com o Senhor. Paulo acha melhor ficar solteiro (1 Co 7.8). Diante dessa desvalorização da sexualidade (desconhecida no Antigo Testamento) não é de estranhar que o próprio Paulo absorva com fervor aquelas denúncias e condenações das formas sexuais realmente detestáveis e mais perigosas ainda, como todas as manifestações homossexuais. A base da sua argumentação, que ele articulou mais de 500 anos depois da obra sacerdotal de Israel, é diferente daquela de Lv 18 e 20. Para o apóstolo, então, o problema não era tanto a preservação da esfera cultural, mas a preparação para a entrada dos fiéis no reino de Deus, onde — supostamente — não haveria mais sexualidade e corpo sensual e carnal. (Cf. a revista *Mandrágora*, de São Bernardo do Campo, n. 5, 1998; Klaus Bartl (Ed.), *Schwule, Lesben ... Kirche*, Frankfurt, 1996).

6.3. Pano de fundo social

Os contextos religiosos das condenações do homossexualismo já transpareceram no que foi dito acima. Mas como funcionavam as estruturas sociais nas quais se concretizavam as fortes denúncias do comportamento “profano” e “impuro”, “aberrante” ou “perverso”? Será que uma investigação das teias sociais poderia nos dar um entendimento melhor dos fenômenos em discussão? Acredito que sim, porque cada teologia, cada sistema de valores e por isso também cada ética e qualquer idéia do sagrado e profano se desenvolvem naturalmente dentro de determinadas estruturas sociais. Estas, por sua vez, influenciam muito os modos e paradigmas de pensar e avaliar justamente a importância da sexualidade e da homossexualidade.

No período persa, no séc. 5 a.C., provavelmente a época-chave para a composição das camadas “sacerdotais” do Pentateuco, a comunidade judaica de Jerusalém, da província de Judá e da diáspora no Egito e na Babilônia apresenta

um quadro bem pluriforme da convivência e do pensamento dos antigos judeus. Os agricultores ainda prevaleciam no povo de Israel, mantendo, mesmo sob fortes pressões da sociedade em geral, as tradições antigas, principalmente entre os “cativos” da Babilônia. As cidades na Palestina e fora da pátria já sentiam mais fortemente os ventos de mudanças profundas em todas as áreas da vida. Formava-se uma elite no povo de Javé que consistia de sacerdotes do templo de Jerusalém, sábios e guardiães da tradição antiga, escribas e pregadores da fé em Javé. O objetivo máximo dessa elite era a reconstrução da comunidade em torno da Tora e do templo em Jerusalém. Conseguiram, na verdade, inaugurar uma comunhão da fé inédita até então.

As comunidades locais espalhadas pelo mundo afora (modelos ainda de nossas comunidades eclesiais) constituíam associações íntimas de adeptos do Deus único de Israel, cultivando laços fortes em seu interior e barreiras altas para fora. Na vida das comunidades reinava, idealmente, o espírito de irmandade de grupos pequenos convivendo com os mesmos parâmetros de crença e confissão. Havia, com efeito, uma união confessional, conforme o nosso linguajar. Para fora fecharam-se tanto quanto possível as fileiras dos membros, exigindo confissão certa e comportamento adequado daqueles que quisessem ingressar (cf. Dt 23; Is 56.1-8). O casamento com mulheres estrangeiras era considerado um perigo especial (Ed 10; Ne 13). Na própria comunidade e nos seus cultos a Javé experimentava-se uma intensa vida espiritual mas também comercial e civil, sempre nos moldes de estruturas sociais íntimas, face a face, por assim dizer, isto é, estritamente opostas aos parâmetros estatais e aos poderes burocráticos dos impérios estrangeiros. A comunidade era considerada herdeira do povo antigo do êxodo, da aliança das tribos e da monarquia, mas isto exclusivamente sob o aspecto da fé (cf. Dt 17.14-20; 2 Rs 22-23; 1 e 2 Cr). Assim, a comunidade, consagrada por Javé mesmo, era uma comunhão bem santa de pessoas reunidas pelo mesmo pai Deus (cf. Is 63.7-64.11). Ela deveria ser uma agremiação santa porque Deus morava no meio dos seus fiéis, em lugar geograficamente determinado (cf. Lv 11-26; Ez 40-48). A moradia do povo, bem como os seus componentes humanos e físicos, conforme essa tradição da pureza divina, não sofreram qualquer contaminação de outras divindades ou forças alheias perturbadoras.

A idéia da santidade se tornou um fator essencial da construção exclusiva das paróquias judaicas da época. E tal conceito exclusivista e santo perdurou até o tempo de Jesus e dos apóstolos, mesmo sob condições bem diferentes em termos filosóficos e vivenciais da época helenística e romana. “Sede santos, porque eu, Javé vosso Deus, sou santo.” (Lv 19.2.) “(...) o sacerdote é consagrado a seu Deus. Tu o tratarás como santo, pois oferece o pão do teu Deus. Será santo para ti, pois eu sou santo, eu Javé, que vos santifico.” (Lv 21.7-8.) “Todo homem de vossa descendência, em qualquer geração, que se aproximar em estado de impureza das santas oferendas consagradas a Javé pelos filhos de Israel, tal homem será eliminado da minha presença. Eu sou Javé.” (Lv 22.3.) Essa prevenção implica, destacadamente, as doenças de pele declaradas impuras em Lv 13 e 14, a conta-

minação por um cadáver, a ejaculação involuntária do esperma masculino e o contato com insetos ou bichinhos semelhantes (Lv 22.4-5). Predomina, todavia, uma atitude de extrema cautela diante da tarefa assumida de manter a pureza total da terra e do povo crente de Israel. Seria muito oportuno, também, observar nos textos do AT da época como tal preocupação exclusivista e purista levou a brigas internas em torno do problema da administração correta dessas regras de pureza (cf. Lv 10; Nm 16). O mais importante, porém, é observar a correspondência entre essa segregação da comunidade do mundo lá fora, isto é, de outros elementos étnicos e religiosos, e a divisão deste mundo em duas partes incompatíveis. Será que a nossa fé permite tal separação?

7. Conclusões

7.1. Mudanças profundas

Para avaliarmos os testemunhos da Bíblia a respeito de sexualidade e homossexualismo temos que reconhecer primeiro a ligação íntima de todas as afirmações estudadas com o contexto cultural, religioso e político da Antiguidade. Isto quer dizer: a palavra de Deus sempre se faz carne em determinadas situações da convivência humana. Não há exceção a esta regra. O “Deus conosco” que transparece em tantas constelações históricas diferentes do Antigo e do Novo Testamentos realmente está presente nas condições locais e temporais do mundo. Conseqüentemente, todas as afirmações feitas pelas testemunhas da Bíblia se revestem de elementos de uma determinada época e cultura. Para fazermos uso da teologia dessas afirmações antigas, temos que estudar e considerar o perfil da nossa própria época, para que, analogamente, tomemos posições dignas do único Deus e da sua santidade no contexto de hoje. (Cabe a observação oportuna de que, inconscientemente, toda exegese cristã, por mais tradicional que seja, na verdade está obedecendo a essa regra básica: não conheço ninguém que ainda tente viver no mundo antigo, digamos dos tabus sagrados apontados acima. Ninguém mais se assusta mortalmente com o contato físico com vermes ou baratas, cadáveres ou sangue, carne de porco ou coelho. Em vez de expulsar leprosos, finalmente tentou-se curá-los, etc.). Quais são, portanto, as mudanças mais significativas que vivemos em nosso mundo de hoje?

O mundo mudou no tocante à divisão entre sagrado e profano. Não mais existe, para nós, aquele lugar preferido e exclusivo de Deus, considerado a moradia divina, que deveria ser protegido de qualquer material mundano e da sexualidade em particular. Não existe, para nós, um povo fisicamente santo e elevado da massa comum dos outros seres vivos. Não existe mais, espero, aquele medo profundo de algumas coisas “naturais”, criadas por Deus, que danificariam a esfera divina. Quer me parecer que toda a criação de Deus era e ainda é boa ou até “muito boa” em si, fora da atuação humana. Talvez tenhamos que delimitar de novo e bem conscientemente as áreas ou forças “santas” e que “servem à vida” de outras forças destruidoras, normalmente de cunho humano. Que Deus

esteja conosco e com toda a sua criação, e que essa criação tão maravilhosa seja protegida dos ataques criminosos da humanidade — isso seria uma exigência realmente urgente. Declarar santas todas as espécies de vida em nosso planeta, não permitir a extinção de um número cada vez maior de espécies de plantas e animais, proteger as águas limpas e preciosíssimas do mundo, os mares e o ar de poluição e destruição pelo ser humano — isso seria uma tarefa indicada no mundo de hoje. Quer dizer: sim, a criação precisa de ajuda e proteção; talvez possamos concordar que até Deus precisa de ajuda e proteção no mundo de hoje, como na antiguidade bíblica. Mas seria inútil e um erro fatal montar sistemas de proteção onde não há nada para proteger. Os nossos antepassados bíblicos experimentaram seriamente a necessidade de manterem intactas certas esferas santas cuidando de certos tabus da época. Agora, se não mais acreditamos em perigos graves que surgiriam daquele mundo santo dos tabus antigos, e se ao mesmo tempo estamos vivenciando assustadoramente as ameaças mortais ao ambiente natural do planeta, essa criação belíssima de Deus, seria um pecado gravíssimo ignorar tal deslocamento significativo da ameaça. Viver a orientação bíblica, ao contrário, significa implementar a preocupação certa no campo certo onde a criação de Deus está atualmente sofrendo perigos.

No contexto geral das mudanças havidas no nosso mundo, também o sistema de valores em geral foi alterado de modo significativo ao longo dos séculos. A família e o grupo íntimo de parentesco estão perdendo a sua importância absoluta. Surgiu, no mundo industrializado, o indivíduo livre tomando o lugar da entidade coletiva. É ele o valor máximo no nosso pensar, pelo menos enquanto nos tornamos cidadãos das metrópoles, ou seja, a pessoa isolada e autônoma que luta pela auto-realização e sobrevivência. Com isso, a sexualidade adquire papéis e significados diferentes dos que teve anteriormente. Ela integra, em primeiro lugar, o arsenal dos instrumentos da felicidade pessoal. A sexualidade possibilita momentos elevados de amor e satisfação, de dedicação íntima a uma pessoa predileta e de gratificação e solidariedade emocionantes. Já o livro de Cantares fala do amor deste jeito moderno.

A sexualidade torna-se, hoje em dia, uma dádiva suprema de Deus, ajudando a estabelecer relações pessoais de alta responsabilidade entre os parceiros, como fundamento da vida pessoal num mundo tecnicizado, bem frio e hostil. Passa para o segundo plano a procriação, porque ela não é mais tão necessária para as pessoas individualizadas; além disso, ela em si torna-se mais e mais uma ameaça real para a sobrevivência do planeta. O velho mandamento de “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a...” (Gn 1.28) há muito tempo foi cumprido e tem que ser reavaliado urgentemente. A terra já está cheíssima de seres humanos, não mais agüenta as multidões ferozes (especialmente as dos países industrializados). Quem leva a sério os mandamentos antigos deve modificar a sua orientação, pedir novas ordens de Deus. A responsabilidade para com a criação toda exige uma limitação da população humana em nosso mundo. Se não conseguirmos isso,

vamos inexoravelmente destruir o planeta azul no decorrer do próximo século. Junto com esses desdobramentos observamos, na prática vivida, entre as novas gerações de quase todo o mundo essa outra consideração da sexualidade já apontada. Os e as jovens freqüentemente aceitam bem cedo a maturidade sexual e a praticam de modo bem responsável em relação ao outro, à pessoa amada, sem procurarem autorizações e licenças da sociedade. Isto é um fato reconhecido na maioria dos países. Ele significa que a importância da sexualidade para a esfera pública está diminuindo cada vez mais, enquanto se torna um valor supremo na vida particular e privada.

7.2. Conseqüências éticas

O mundo mudou, isto é certo. Quais as orientações a partir da vontade de Deus para os nossos dias de hoje? Não é possível simplesmente copiar regras antigas para acertarmos comportamentos e estruturas agradáveis ao Pai eterno. Se fizéssemos isso, trairíamos a nossa responsabilidade atual aderindo a esquemas passados que não têm importância no nosso mundo de hoje. Mas o que nos diz a nossa responsabilidade frente à presença de Deus no mundo moderno e pós-moderno? Reflitamos sobre o papel atual da sexualidade e homossexualidade e as formas de convivência no fim do 2º milênio depois de Cristo.

Deve estar claro que ninguém de bom senso quer descartar a família tradicional como forma principal da convivência dos sexos e de pais e crianças no mundo moderno. É igualmente óbvio, porém, que esse grupo social íntimo está sofrendo pressões enormes pela nossa maneira de viver, trabalhar e desenvolver os direitos individuais das pessoas. Ele vai se reestruturar ainda mais daqui para a frente. A comunhão íntima entre duas pessoas ainda é um refúgio valioso para vivenciar as qualidades maiores da vida, incluindo o compartilhar mútuo da sexualidade. Mas as antigas divisões de trabalho, da autoridade masculina e feminina, bem como das responsabilidades domésticas e da educação dos filhos, não mais servem na atual conjuntura social. A mulher deve receber chances iguais de educar-se e de participar do mercado de trabalho. Isso é um dever básico diante dos direitos humanos tão profusamente anunciados pelo planeta todo, e também diante de Deus, que quer que todas as pessoas, com responsabilidade e direitos iguais, possam viver em dignidade. A sexualidade matrimonial, portanto, permanece um bem muito prezado, e a fidelidade conjugal, aplicada da mesma forma a homens e mulheres, cria condições ótimas de conviver e criar filhos. Desta forma, a família perdura sob condições alteradas, não na sua estrutura patriarcal, mas sim de modo democrático e bem privado. A família precisa de proteção e promoção por parte das demais agremiações sociais porque de fato é o berço da humanidade, mas também uma configuração social bastante fraca.

A pergunta candente, no entanto, é se a família tradicional pode permanecer a única forma de convivência reconhecida pelo Estado e pela sociedade em geral. Isto implica também uma pergunta dirigida às igrejas cristãs: será que Deus na

nossa época quer apenas legitimar o casamento tradicional para estabelecer tais núcleos sociais? Já vimos que a própria Bíblia fala sem restrições de algumas outras formas de convivência. Na antiguidade de Israel até o séc. 1 d.C. havia, claramente, vários tipos de comunhão entre os seres humanos, também entre os fiéis de Deus. Parece lógico e teologicamente legítimo perguntar pelos modelos certos de conviver hoje, pouco antes do início do 3º milênio. A discussão é mais acirrada, quase mundialmente, em torno de casais de homossexuais (masculinos e femininos) e do seu reconhecimento estatal e eclesial. A nossa argumentação é a seguinte: se o nosso mundo não mais reconhece os tabus antigos frente à sexualidade em geral e ao homossexualismo em especial, quer dizer, se não mais existe aquele perigo de danificar o mundo por comportamentos sexuais ou de contato com sangue e bichos rastejantes, etc., o que pode impedir a união íntima entre pessoas do mesmo sexo em amor e responsabilidade mútua? Muitas pesquisas feitas indicam que uma porcentagem fixa da população humana (2 até 10%, conforme fontes diversas) herdaram uma orientação homossexual e não podem ser consideradas “doentes” ou “perversas”. A orientação homossexual é, para uma parte da humanidade, um dom natural e, assim, de Deus. Além disso, sabemos bem da história dos últimos séculos que a condenação feroz dos homossexuais por parte da Igreja foi um erro trágico e um pecado diante de Deus (cf. John Boswell, *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality*, Chicago, 1980).

Sempre houve e sempre vai haver pessoas homossexuais. Elas querem viver pacificamente, e muitas delas em relações estáveis com a pessoa amada. Evidentemente, como vemos em milhares de exemplos na história passada, pessoas homossexuais podem manter tais relações firmes de amor e responsabilidade mútua. O que pode ser dito contra essas uniões humanas de laços firmes de amor? Temos argumentos fora dos preconceitos antigos, todos eles provenientes de tabus já superados da pré-história? De uma divisão antiquada do mundo em esferas sagradas e profanas? Será que pessoas homossexuais podem formar uma “família”, inclusive adotar crianças? Se — assim é o nosso raciocínio teológico — Deus dá a alguns o dom da orientação homossexual, se tal casal tem uma chance boa de formar um núcleo social de amor e responsabilidade, por que não reconhecer essa entidade por parte do Estado bem como da Igreja? E mais ainda: se um casal homossexual quer adotar crianças, ele assume ainda uma tarefa bem importante em um mundo superpovoado e cheio de crianças abandonadas.

Da mesma forma pode-se argumentar no tocante a cristãos homossexuais. Por que não deixá-los viver a sua orientação especial e minoritária dentro da comunidade, em responsabilidade para com os outros membros? Por que não abençoar relações estáveis de pessoas homossexuais? Por que não admitir pastores homossexuais dentro da Igreja? Não há razões para excluir pessoas homossexuais da comunidade cristã. Ao contrário. O mandamento do amor ao próximo nos obriga a aceitar os irmãos e as irmãs minoritárias como iguais. Essa obrigação de tolerar os outros é preeminente na Bíblia toda (cf. Lv 19.2,34; Mt 5.38-48). O

velho conceito de família não é um modelo exclusivo ou sagrado de organização social. Cabe a nós refletir responsabilmente sobre formas paralelas e alternativas de convivência humana no nosso mundo pluralista de hoje, grupos sociais que possam amparar os seres humanos com os seus dons diferentes e face a situações consideravelmente mudadas desde a época bíblica. Os desafios do nosso tempo são enormes. Qual a maneira responsável de organizar ou deixar-se organizar a nossa sociedade para enfrentarmos tais desafios?

Em princípio, a mesma expectativa de encontrarmos modelos bons e adequados para a situação atual de vida nos leva a outras formas de convivência. Quem sabe a vida comunitária em grupos maiores do que a família nuclear de três ou quatro pessoas fosse uma verdadeira chance para nós hoje? Estudantes em todo o mundo estão praticando tal *koinonia*, comunhão doméstica. No Brasil chamam essa agremiação de “república”. Outras pessoas convivem em grupos de trabalho, de atividades culturais e espirituais. Será que a nossa sociedade poderia melhorar o seu calor humano, a tolerância mútua, a solidariedade com os fracos, a saúde mental e emocional de inúmeras pessoas, se nos juntássemos em condomínios maiores de 10 até 20 integrantes, que compartilhassem os seus bens, os seus conhecimentos profissionais, as suas capacidades de cuidar de crianças e o seu tempo de lazer? As relações sexuais em grupos deste tipo devem ser reguladas, é certo. Se não, esse dom forte de Deus pode criar confusões no convívio. Mas o grupo maior, lembrando a família abrangente de agricultores, oferece condições bem melhores para exercer a solidariedade humana tão necessária para adultos e crianças. O crescente número de apartamentos com um único morador nas cidades grandes pode ser um sinal alarmante. Será que temos de construir casas que admitam a reclusão individualista, mas ao mesmo tempo ofereçam oportunidades arquitetônicas de se reunir de vez em quando para compartilhar experiências, lazer, mutirões, etc? As comunidades cristãs não teriam a responsabilidade dada por Deus de inaugurar novas formas de convivência, experimentar, pelo amor de Deus, para que a solidão de muitos seja superada, em vez de defender exclusivamente o modelo único da família patriarcal tradicional?

A Bíblia quer nos mostrar a luta antiga e contínua pela vida boa nesta terra. Quer nos lembrar das tarefas básicas da humanidade, de preservar a criação e de conviver com dignidade e prazer, incluindo a grande dádiva da sexualidade humana. Essa sexualidade se manifesta em várias modalidades que podem servir para o bem-estar das pessoas. Temos que exercer as faculdades sexuais em responsabilidade diante de Deus e dos seres humanos, sem dúvida. O amor de Cristo nos obriga, no entanto, a respeitar e proteger a sexualidade em suas formas diferentes, também minoritárias.

Erhard S. Gerstenberger
Fasanenweg 29
35394 Giessen
Alemanha